www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a

A import?ncia dos estudos sobre a morte ? ineg?vel. Nem sempre teve a aten??o adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em v?rios dom?nios do conhecimento. A morte ? um fen?meno f?sico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de m?ltiplas formas que implicam os vivos na situa??o de observadores da morte do outro. Mas h? tamb?m a n?o-morte: a carne ?morre? mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o di?logo com a antropologia ? fundamental. Estudos comparativos tamb?m s?o bem vindos, e os enfoques dever?o questionar e contextualizar as teorias hegem?nicas ocidentais sobre a morte. Prefer?ncia ser? dada a etnografias que versem sobre a tem?tica, em situa?es como o suic?dio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doen?as, a morte misteriosa, o infantic?dio, o assassinato, o fenecimento e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos pol?ticos, sociais, biol?gicos e culturais.

Estratégias Coletivas diante da morte: Associações Funerárias e mecanismos de entreajuda no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Autoria: Maristhela Rodrigues da Silva, Benedito Souza Filho

Os eventos associados às situações de morte podem ser entendidos como expressão de solidariedade múltipla e de defesa da autonomia das famílias que formam as comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Antes mesmo da criação dessa unidade de conservação de proteção integral, muitas famílias já viviam no Parque, consolidando um modo de vida, bem como organização econômica, social e cultural específicas. Entre as várias especificidades dessas comunidades tradicionais podemos observar formas de organização, como as “associações funerárias”, criadas para responder às necessidades materiais e cerimoniais em torno da morte. As Associações Funerárias referem-se a um modelo organizacional formado pelas famílias residentes em diferentes localidades no PNLM para fazer frente as despesas relacionadas aos chamados acontecimentos (como denominam as situações de morte). Cada associado contribui com uma quantia entre 3 a 5 reais e o montante transforma-se em fundo destinado a cobrir todos os itens indispensáveis aos rituais funerários. Essas formas de associação, além de romper com antigas dependências do poder local, funciona como elemento de autonomia das famílias que integram tais associações. O modo como as associações funerárias se estruturam, e a disposição dos seus integrantes por várias localidades espalhadas em diferentes setores do PNLM, configuram o que denominamos de “territórios de solidariedade múltipla”, caracterizados por perímetros específicos ou intercruzados, consolidados a partir de um conjunto de regras ancoradas em princípios morais, econômicos, jurídicos e simbólicos. Na caracterização desses territórios de solidariedade múltipla o work procura dar conta desses mecanismos de entreajuda, da lógica da ação coletiva e dos mecanismos de solidariedade apresentados pelas Associações Funerárias no PNLM.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**